



LEI ORDINÁRIA Nº 1103

de 21 de dezembro de 2001

DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PELO MUNICÍPIO DE JARDIM - MS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

*O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM - ESTADO DE MATO GROSSO DO
SUL, FAZ SABER que a Câmara Municipal em sessão extraordinária
realizada no dia 20 de Dezembro de 2001, aprovou e eu promulgo o
seguinte.*

Art. 1º..

Promover, na esfera administrativa a remissão total de créditos tributários da Fazenda Pública Municipal, como Taxas do Econômico, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, Alvará de Localização, cujos valores sejam inexequíveis, face a inatividade da empresa ou prestador de serviços, e os de diminuta importância do crédito, de contribuintes em atividade comercial, com base jurídica nos artigos 156, inciso IV e 172, incisos I,III e IV, do Código Tributário Nacional e no artigo 14, Lei Complementar nº 101/2000 (Responsabilidade Fiscal).

Art. 2º.. *Estabelece, para efeito de valor diminuto as importâncias inferiores a 01 (um) salário mínimo, a título de créditos tributários, especificamente, considerados para cobrança judicial.*

Art. 3º..

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001

Dr. Marcio Campos Monteiro **Prefeito Municipal**

Lei Ordinária Nº 1103/2001 - 21 de dezembro de 2001

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em